



## Enunciados sobre “ideologia de gênero” presentes na aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024: relato de um estudo de tese.

Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes<sup>1</sup>

### Resumo

Apresentamos um estudo de tese. Destacamos os enunciados proferidos pelos parlamentares que se colocaram contrários a manutenção dos termos “igualdade de gênero e orientação sexual”, na intenção de explicitar como esses parlamentares compreendem e apresentaram a “ideologia de gênero”, na Câmara dos deputados, em defesa de ideias essencialistas, a-históricas, normatizadoras, biologicistas, que privilegiam apenas o modelo de “família tradicional”; expressando assim, um “pânico moral” e indicando que esses enunciados são respostas às inúmeras conquistas alcançadas no campo das políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.

**Palavras-chave:** Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024. Ideologia de gênero e enunciados.


### Caracterização do estudo realizado

Compondo a cena de dissenso na retirada dos termos “igualdade de gênero e orientação sexual” do Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024: uma crítica em torno do cenário em questão, intitula o estudo de tese que será aqui elucidado. Tal estudo apresentou em sua análise, enunciados sobre “ideologia de gênero”, dentre tantos outros enunciados que não serão aqui abordados, mas que estiveram presentes na disputa impetrada na aprovação do PNE 2014/2024.

Sabe-se que na aprovação PNE 2014/2024 foi criada uma disputa com relação ao uso da expressão gênero, apontada pelos senadores e deputados como “ideologia de gênero”. E foram elaborados documentos, realizadas palestras, postados vídeos no *youtube* para instruir a sociedade com relação aos “supostos” perigos de uma educação que problematizasse ou mesmo considerasse as questões de gênero e que atentasse as diferenças no campo das práticas sexuais. Com relação à expressão “ideologia de gênero”, sabíamos que ela estava sendo enunciada nos sermões de clérigos católicos e de pastores evangélicos, endossando a intenção de retirarem das escolas e das diretrizes educacionais qualquer diálogo a respeito das

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Docente no Departamento de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED/ UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina, patricia.mendes@udesc.br





relações de gênero e sobre orientação sexual, constituindo-se uma verdadeira ditadura sobre o que se deve ou não ensinar nos espaços educativos.

Essa disputa em torno da retirada dos termos gênero e orientação sexual foi caracterizada por Paulo Sena, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, na área XV (Educação, Cultura e Desporto), como a “mais ruidosa” dentre as questões surgidas na aprovação do PNE 2014/2024.

Conhecendo essa disputa nos interessamos por: 1) analisar os enunciados dos/as parlamentares nas discussões a respeito da aprovação do inciso III, do artigo 2º, do Substitutivo proposto pelo Senado Federal<sup>2</sup> e rejeição do inciso III, do artigo 2º, texto original do PNE, mantido pela Câmara dos Deputados<sup>3</sup>; e 2) construir uma cena de antagonismo na tradução das três Sessões da Câmara dos Deputados em que esteve em pauta o debate sobre a aprovação do inciso III, do artigo 2º.

Destacamos que direcionamos nosso olhar para a questão da “igualdade de gênero e de orientação sexual”. Para isso, atentamos para os enunciados dos/as deputados/as que se mostraram contrários ou favoráveis à manutenção desses dois termos na aprovação do PNE 2014/2024. Embora iremos destacar apenas as colocações dos deputados contrários à manutenção dos termos já referendados.

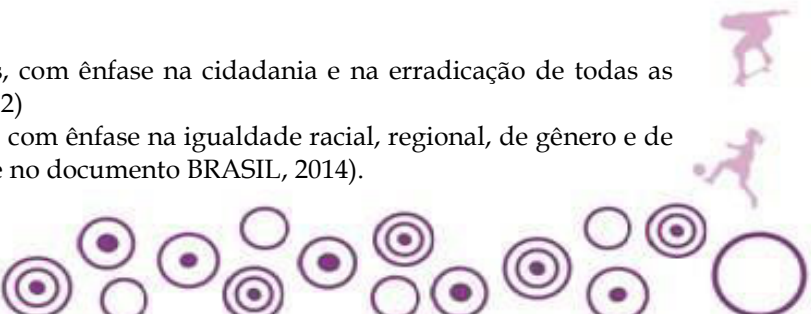
Focalizamos nossas análises nas falas dos deputados sobre “gênero e orientação sexual”, no entanto, consideramos que os aspectos da dimensão da interseccionalidade racial e regional são tão importantes e pertinentes quanto o gênero e a orientação sexual, pois esses marcadores se atravessam nos espaços escolares e sociais. Não intencionamos, ao nos debruçar nessas duas temáticas, ignorar os demais marcadores. Porém, na fala dos deputados/as a disputa esteve voltada para as questões no campo do gênero e da orientação sexual e decidimos direcionar nossas análises para essas questões.

Explicitadas as razões pelas quais desenvolvemos este estudo de tese, os objetivos e brevemente o caminho que seguimos na condução da pesquisa, passaremos a explicitar os enunciados a respeito da “ideologia de gênero” que estiveram presentes nessa cena de dissenso.

---

<sup>2</sup>“Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014, p. 32)

<sup>3</sup>“Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (referendado parcialmente no documento BRASIL, 2014).





## Enunciados sobre “ideologia de gênero”

Conduzimos nossas análises, nesse estudo, a partir da compreensão de dialogia presente no Círculo de Bakhtin, no intuito de nos ocuparmos com o que ocorreu nos diálogos travados na Câmara dos Deputados, com as forças presentes e atuantes nesses diálogos e que condicionaram a forma e as significações que foram ditas/proferidas (FARACO, 2009).

Elegemos partir dos enunciados no entendimento que “cada enunciado é uma resposta, contém sempre, com maior ou menor nitidez, a indicação de um acordo ou de um desacordo; é um elo na corrente ininterrupta da comunicação sociocultural” (FARACO, 2009, p. 58). Pois, concordamos com Bakhtin e seu Círculo que todo “dizer é, assim, parte integrante de uma discussão cultural (axiológica) em grande escala: ele responde ao já dito, refuta, confirma, antecipa respostas e objeções potenciais, procura apoio etc (FARACO, 2009, p. 59).

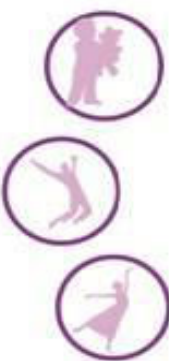
Para Bakhtin (2014) “cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais” (p. 67).

Sob o ponto de vista epistemológico, pautamos nossas análises e nossa pesquisa na interlocução com os autores e autoras: que enfatizam a questão da diferença; refletem e produzem conhecimentos no campo das teorias de gênero e compreendem a importância de uma democracia radical e plural; que se posicionam criticamente com relação aos essencialismos, as verdades absolutizadas colocadas pela ciência em um dado momento da história da produção dos saberes. Buscamos articular o que entendemos terem sido nossas contrapalavras (BAKHTIN, 2014). E, nessa direção, vamos elucidar algumas das aproximações teóricas que fizemos na análise das falas dos deputados que se colocaram contrários à aprovação dos termos “igualdade regional, racial, de gênero e orientação sexual” e trouxeram uma formulação a respeito de “ideologia de gênero” como um argumento justificável diante dessa negativa.

Identificamos que a “ideologia de gênero” expressa por esses deputados não deveria constar no PNE 2014/2024, pois seria uma ameaça a “família”. Isso pode ser constatado em enunciados que compreendem homens e mulheres em seu aspecto apenas biológico, em uma visão naturalizada, a-histórica e pertencente a uma lógica binária:

*Nós estamos aqui, Sr. Presidente, a patrocinar uma divisão da sociedade com a inserção do gênero no Plano Nacional de Educação que não é necessária por parte deste Parlamento. Ela não é necessária, porque ela muito mais nos divide do que nos aproxima. É o que eu disse: como alguém que pode ter, na sua base cristã, o amor, a ética, a compreensão vai ser defensor de qualquer que seja o modelo discriminatório? Não é esse o ponto. É o ponto da manutenção da família tradicional e dos valores que todos nós aqui defendemos. Não há, nesta Casa, um ringue montado. Não há, nesta Casa, um ringue, para que se discuta de maneira*





*agressiva nem de maneira discriminatória. Há, sim, uma oportunidade de nós deixarmos o gênero na discussão do Plano Nacional de Educação para fora* (deputado Luiz Fernando Machado, PSDB/SP, 08/04/2014).

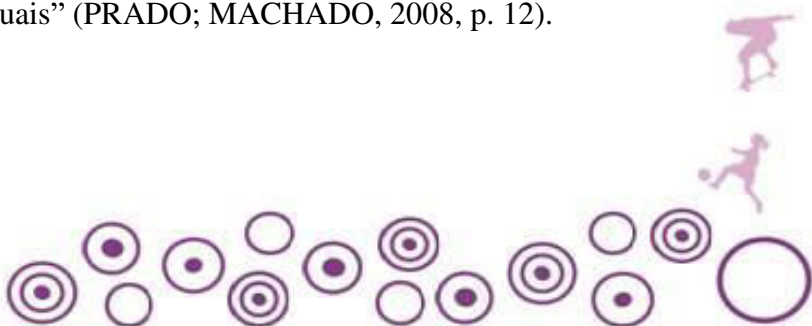
Nesta fala, está presente o entendimento de família heterossexual, monogâmica, voltada para a reprodução com um olhar universalista e absoluto no sentido da existência de apenas uma configuração familiar possível, como destacam os estudos de Luiz Mello (2006). O deputado afirma que seu foco está na manutenção da família tradicional e nos valores dessa configuração familiar. Essa visão de família está alicerçada em uma heteronormatividade que “se caracteriza como uma prática que produz discriminação baseada na suposição da normalidade da heterossexualidade e dos estereótipos de gênero” (GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015, p. 563).

Seguimos com os argumentos do Deputado Paulo Freire (PR/SP):

*Nesse ponto cabe esclarecer que as citadas expressões de 'gênero' ou 'orientação sexual' guardam uma ideologia que procura eliminar a ideia de que os seres humanos se dividem em dois sexos. Esta corrente ideológica busca afirmar que as diferenças entre homem e mulher, além das evidentes implicações anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa, mas são produtos de uma cultura, de um país ou de uma época, assim, as 'feministas de gênero' insistem na necessidade de 'desconstruir' a família, o matrimônio e a maternidade como algo natural, deste modo, fomentam um 'estilo de vida' que incentiva a homossexualidade, o lesbianismo e todas as demais formas de sexualidade fora do matrimônio [...] estabelecendo uma completa insegurança jurídica, dando margem à doutrinação de crianças e adolescentes sem possibilidade de objeção da família, à qual de fato cumpre o papel de orientar e escolher os caminhos filosóficos e ideológicos de seus pupilos* (deputado Paulo Freire, PR/SP, 09/04/2014).

O deputado, nessa fala, apontou as feministas de gênero como responsáveis pela destruição da família. Nesses argumentos constatamos e ratificamos a compreensão do quanto o governo, a política, os Estados, as famílias estão atravessadas pela questão de gênero (LOURO, 2011) e, por sua vez, as questões de gênero encontram-se implicadas com as questões da sexualidade e com o medo da perda de controle no âmbito das práticas sexuais.

Prado e Machado (2008) registram que para compreendermos os desafios e dilemas da atualidade, é preciso entender “a pluralidade das sexualidades e das orientações sexuais e suas implicações políticas, que ensejam infindável debate e lutas sociais contundentes em torno da politização da vida sexual e da sexualização da vida pública” (p. 12). Esclarecem que não é por acaso que “as sexualidades se transformaram em objeto de luta política e social no Brasil dos últimos anos, mas possivelmente porque formas de subordinação foram construídas através da distinção entre orientações sexuais” (PRADO; MACHADO, 2008, p. 12).





## Algumas conclusões

Vimos, ao nos depararmos com os enunciados dos parlamentares contrários à inserção dos termos gênero e orientação sexual, impulsionados por seu conservadorismo, expresso especialmente pelas bancadas de evangélicos e católicos, que com base em preceitos de ordem moral e ainda orientados por preconceitos como a homofobia, o sexismo e o machismo, responderam de forma antagônica às políticas aprovadas pelo Governo Federal, nos últimos catorze anos do atual governo do Partido dos Trabalhadores. Ao procurarmos entender as respostas proferidas por esses deputados, podemos afirmar que esses parlamentares estavam e estão contra as políticas sociais, voltadas para as “minorias”, e que foram elaboradas em nosso país nos últimos anos. Para isso, criaram a “ideologia de gênero”, ou melhor, importaram esse “conceito” e se organizaram para ganhar a votação, amparados em um discurso moral, buscando o direito de impor suas ideias por meio de uma política pública, voltada para o estabelecimento de diretrizes e metas para a educação brasileira.

Entendemos, por meio deste estudo, que o excesso de conservadorismo e os excessos que estamos podendo evidenciar com relação aos controles e determinações, direcionadas à ação dos educadores/as nas escolas, bem como os retrocessos presentes nas argumentações e decisões das bancadas evangélica e católica no Poder Legislativo brasileiro, não aconteceram desvinculados das conquistas, retrocessos e lutas, realizadas pelos Movimentos feministas, Movimentos LGBTs, Movimentos na Luta contra o Racismo e a Xenofobia e nas lutas e conquistas no campo dos Direitos Humanos. Isso deve, em nossa opinião, fortalecer e potencializar aqueles/as que trabalham e estudam as temáticas de gênero e orientação sexual, para que exerçam a subjetivação política, corroborando a transformação desse cenário.

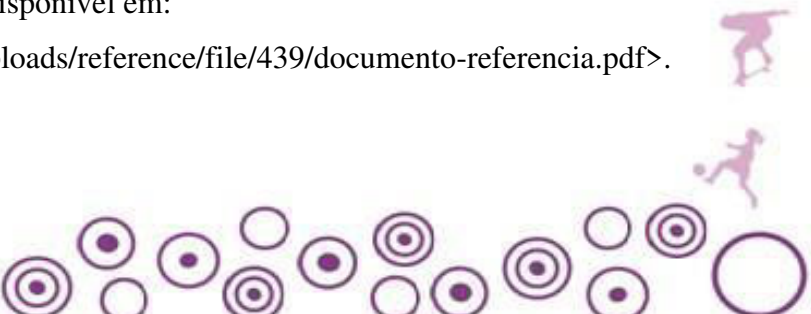
O resultado da não aprovação da inclusão desses marcadores sociais da diferença, no PNE 2014/2024, não deverá intimidar os educadores e as educadoras, na medida em que, ao conhecerem seus contextos educacionais, reconheçam a importância de um trabalho que intencione abordar e problematizar a igualdade e a diferença nos espaços educativos.

## Referências

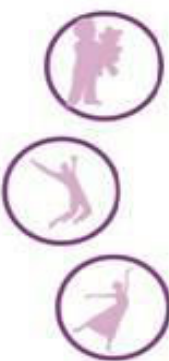
BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em:

<<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>.

Acesso em: 26 set. 2015.







BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Introdução e tradução do russo de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo**. As ideias lingüísticas do Círculo de BAKHTIN. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; PANISSON, Gelson. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 558-568, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 12. ed., Petrópolis: Rio de Janeiro, 2011.

MELLO, Luiz. Familismo (ANTI) homossexual e regulação da cidadania no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, maio/set., p. 497-508, 2006.

MISKOLCI, Richard; LEITE JÚNIOR, Jorge (Org.). **Diferenças na educação**: outros aprendizados. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**. A hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

**Catálogo na Publicação:**

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira  
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

